

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil Class.: Terra / Demarcação

Data: 07/10/73 Pg.: 12 283

# Junqueira cobra de Itamar a demarcação das reservas

BRASÍLIA — O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, enviou ontem ofício ao presidente Itamar Franco pedindo explicações sobre as terras indígenas já demarcadas que aguardam homologação da Presidência da República. De 35 portarias demarcatórias remetidas pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, ao Palácio do Planalto, apenas 16 foram homologadas.

Junqueira abriu inquérito civil público para apurar, "em toda a sua extensão", as causas do não-cumprimento da determinação constitucional de que todas as áreas indígenas fossem demarcadas até o último dia 5 de outubro.

Aristides Junqueira enviou também ontem ofícios ao ministro Maurício Corrêa, pedindo informações sobre processos que se encontram no seu gabinete aguardando a expedição de portarias de declaração e delimitação de áreas indígenas. Outro ofício foi remetido ao presidente da Funai, Dinarte Madeira, cobrando explicações sobre o não-cumprimento do prazo consti-

tucional para a demarcação das reservas. Ele pede ainda informações sobre as áreas declaradas de posse indígena e não-demarcadas e as terras cujo processo de identificação ainda não foi concluído.

O inquérito civil público, se constatar a omissão do Estado, poderá resultar em ação pública contra a União. O procurador-geral poderá optar também por uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão — um processo bem mais rápido do que a ação civil pública. "Uma ação civil pública pode levar tanto tempo que provavelmente não terá uma decisão, nem neste, nem no próximo governo", explica um procurador da República.

O ministro Maurício Corrêa pediu à Procuradoria Geral, na última sexta-feira, um parecer sobre a demarcação da área de Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. O ministro da Justiça resistia em demarcar as terras porque, segundo ele, havia dois laudos contraditó-

rios — um, da Funai, defendendo a demarcação contínua das terras, e outro, feito a pedido do governador Ottomar Pinto, contrário à demarcação. A Procuradoria enviou seu parecer a Corrêa na última terça-feira, defendendo a demarcação contínua das terras indígenas.

Um grupo de 140 índios da tribo cadivéus, que habitam uma reserva na área de confluência do Pantanal de Mato Grosso do Sul, ocupa há uma semana a Fazenda Baía dos Carneiros, no município de Porto Murtinho, em litígio na Justiça desde 1981. Os indígenas ficaram revoltados com um incêndio criminoso que destruiu a serra, os motores de 135 KVA e milhares de madeira-de-lei, que teria sido provocado pelos fazendeiros que brigam na justiça por uma área de 160 mil hectares que a demarcação incluiu como parte da reserva da tribo, de 535 mil ha.